

Sexualidade e Relação de Gênero

2

Denise Pereira
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Denise Pereira
(Organizadora)

Sexualidade e Relações de Gênero 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S518 Sexualidade e relações de gênero 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 2)

Formato: PDF

Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-049-0

DOI 10.22533/at.ed.490191601

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Pereira, Denise.
II. Título. III. Série.

CDD 306.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Cada vez mais a academia está avançando em pesquisas sobre Sexualidade e Relação de Gênero. No século XXI, a sexualidade é compreendida como algo fluído, que muda ao longo de toda uma vida, é pessoal/individual, cada um com a sua, não há certo ou errado, havendo possibilidades e é paradoxal, ou seja, é sempre diferente da sexualidade dos outros, sendo o traço mais íntimo do ser humano, manifestando-se diferentemente em cada indivíduo, de acordo com as novas realidades e as experiências vividas culturalmente.

E a relação de gênero refere-se às afinidades sociais de poder entre homens e mulheres, em que cada um tem seu papel social que é determinado pelas diferenças sexuais. Que segundo Scott, devemos compreender que “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres.

O conceito de gênero que enfatizamos neste livro está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo, um movimento social organizado, usualmente remetido ao século XIX e que propõe a igualdade nas relações entre mulheres e homens através da mudança de valores, de atitudes e comportamentos humanos.

Neste livro são apresentadas várias abordagens sobre “Sexualidade e Relação de Gênero”, tais como: discussões de conceitos; modo de vida, violência, direitos, Lei Maria da Penha, homoparentalidade, emancipação feminina, transexuais, homossexuais, sexualidade infantil, sexualidade masculina, mulheres no cinema e no futebol, entre diversos outros assuntos.

Boa leitura
Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
SEXUALIDADES E GÊNEROS NA ESCOLA: DE QUAIS SENTIDOS SE APROPRIA A PRÁTICA PEDAGÓGICA?	
Denise da Silva Braga	
DOI 10.22533/at.ed.4901916011	
CAPÍTULO 2	18
TORPEDO: UM MODELO DE RESISTÊNCIA LÉSBICA NA ESCOLA	
Maria da Conceição Carvalho Dantas	
Denise Bastos de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.4901916012	
CAPÍTULO 3	27
PERCEPÇÕES DE GRADUANDAS DE ENFERMAGEM SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOFRIDA NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO	
Michelle Araújo Moreira	
Thaís Borges Gally	
DOI 10.22533/at.ed.4901916013	
CAPÍTULO 4	43
INCURSÕES E INTERDITOS SOBRE AS SEXUALIDADES, IDENTIDADES E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA FAMÍLIA E DA ESCOLA	
Karine Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4901916014	
CAPÍTULO 5	58
HOMOPARENTALIDADE: O QUE A ESCOLA TEM DITO?	
André Luiz dos Santos Barbosa	
Rejane Cristina Lages Rocha.	
DOI 10.22533/at.ed.4901916015	
CAPÍTULO 6	73
CULTURA UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO DOCENTE: SITUANDO AS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	
Luciano Rodrigues dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4901916016	
CAPÍTULO 7	89
ASSESSORIA TERRITORIAL DE GÊNERO: ENCONTROS TERRITORIAIS E ESTADUAL DE MULHERES RURAIS DOS COLEGIADOS DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira	
Xenusa Pereira Nunes	
Victor Pereira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4901916017	
CAPÍTULO 8	99
A ESCOLA COMO EXPRESSÃO DA DIVERSIDADE: OBSERVANDO FRONTEIRAS ENTRE GÊNEROS, IDENTIDADES E ALTERIDADES.	
Pollyanna Rezende Campos	
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	

CAPÍTULO 9	107
A SOLIDÃO DOS/AS DOCENTES HOMOSSEXUAIS: NARRATIVA E REFLEXÃO SOBRE O/A PROFESSOR/A HOMOSSEXUAL	
Isabella Marques de Oliveira; Denise Maria Botelho; Agilcélia Carvalho dos Santos.	
DOI 10.22533/at.ed.4901916019	
CAPÍTULO 10	116
A SEXUALIDADE MASCULINA SOB A ÓTICA DAS ESCRITAS LATRINÁRIAS.	
José Edson da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.49019160110	
CAPÍTULO 11	125
CONSTRUÇÃO DO CORPO MASCULINO: RELAÇÕES COM AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS	
Daniele Machado Pereira Rocha Maria Thereza Ávila Dantas Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.49019160111	
CAPÍTULO 12	133
IDENTIDADE E IMAGENS DA MARCA RIO: UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO DO “GAY FRIENDLY” NA IDENTIDADE DA MARCA RIO E SUA CONCRETIZAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.	
Patrícia Cerqueira Reis	
DOI 10.22533/at.ed.49019160112	
CAPÍTULO 13	142
O MODO DE VIDA GAY COMO ESTETIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA	
José Nilton Conserva de Arruda Marianne Sousa Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.49019160113	
CAPÍTULO 14	155
TRAJETÓRIAS DE GAYS NEGROS NA ESCOLA DA ZONA RURAL: PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS	
Marcos Andrade Alves dos Santos José Kasio Barbosa da Silva Renata Queiroz Maranhão Antônio Jefferson Teixeira Sousa Juliana Brito Cavalcante Assencio Daniele Gruska Benevides Prata	
DOI 10.22533/at.ed.49019160114	
CAPÍTULO 15	169
UM ESPELHO CONTRA ESPELHO: A DISPOSIÇÃO INATA DA NATURA	
Jobson Rios dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160115	

CAPÍTULO 16	177
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES MASTECTOMIZADAS SOBRE SEXUALIDADE	
Michelle Araújo Moreira Ana Beatriz Santana de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.49019160116	
CAPÍTULO 17	189
PERCEPÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA PARA OS JOVENS: REVISÃO SISTEMÁTICA	
Paula Orchiucci Miura Estefane Firmino de Oliveira Lima Maria Marques Marinho Peronico Pedrosa Ellen Borges Tenorio Galdino Kedma Augusto Martiniano Santos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160117	
CAPÍTULO 18	203
LIDERANÇAS FEMININAS RURAIS: CONHECIMENTO E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira Xenusa Pereira Nunes Victor Pereira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.49019160118	
CAPÍTULO 19	212
MULHERES CINEASTAS, FEMINISMO NEGRO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: EXPERIÊNCIAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Lucas Leal	
DOI 10.22533/at.ed.49019160119	
CAPÍTULO 20	230
“VESTIDO NUEVO” – REFLETINDO SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO A PARTIR DE UM CURTA METRAGEM	
Sílvia Rita Magalhães de Olinda Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes	
DOI 10.22533/at.ed.49019160120	
CAPÍTULO 21	240
ESCANTEIO: MULHERES QUE TROCAM O ROSA CULTURAL PELO PRETO DA TRADIÇÃO - O CAMPO DA ARBITRAGEM EM FUTEBOL	
Ineildes Calheiro Eduardo David Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.49019160121	
CAPÍTULO 22	256
ESTRUTURA DA REPRESENTAÇÃO DA(S) TRANSEXUALIDADE(S) POR MULHERES (TRANSEXUAIS)	
Carle Porcino Jeane Freitas de Oliveira Maria Thereza Ávila Dantas Coelho Dejeane de Oliveira Silva Cleuma Sueli Santos Suto	
DOI 10.22533/at.ed.49019160122	

CAPÍTULO 23	266
UMA APRECIÇÃO DO COMPORTAMENTO DE CONSUMO METROSSEXUAL EM SETORES DA ECONOMIA CRIATIVA	
Daniel Kamlot	
DOI 10.22533/at.ed.49019160123	
CAPÍTULO 24	277
FAZER-SE RAINHA MIRIM NUMA FESTA DE CAMINHONEIROS: SOBRE (DES)PRATICAR NORMAS DE GÊNERO NUM CONCURSO DE BELEZA	
Marcos Ribeiro de Melo	
Michele de Freitas Faria de Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160124	
CAPÍTULO 25	289
GÊNERO E SEXUALIDADES: INVESTIGANDO A CONCEPÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS)	
Rayane Ribas Martuchi	
Ticiane Paiva de Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.49019160125	
CAPÍTULO 26	302
REFLEXÕES ACERCA DO ENSINO DE GÊNERO NA PSICOLOGIA: UM CAMINHO A SE PERCORRER NA GRADUAÇÃO?	
Lara Araújo Roseira Cannone	
Raissa Lé Vilasboas Alves	
DOI 10.22533/at.ed.49019160126	
SOBRE A ORGANIZADORA	310

LIDERANÇAS FEMININAS RURAIS: CONHECIMENTO E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO

Gáudia Maria Costa Leite Pereira

Universidade Federal do Vale do São Francisco,
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural,
Campus Juazeiro (BA)

Xenusa Pereira Nunes

Universidade Federal do Vale do São Francisco,
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural,
Campus Juazeiro (BA)

Victor Pereira de Oliveira

Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Unidade Acadêmica de Garanhuns, Garanhuns
(PE)

RESUMO: A partir de uma chamada do CNPq, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (atualmente extinto) para seleção de projetos, originou-se o Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial do Agreste Meridional de Pernambuco – NEDET sob o abrigo da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Garanhuns. No corpo do projeto NEDET, continha a criação de assessorias e dentre elas atuou a de Gênero, com o objetivo de “apoiar atividades visando a articulação e promoção da participação de mulheres rurais nos Colegiados Territoriais pertencentes ao Programa Território da Cidadania”, incluindo: mobilização de mulheres para atividades de formação política sobre gênero; levantamento de dados e

informações subsidiárias ao monitoramento e avaliação das políticas públicas efetivadas no Território. A metodologia adotada primou pela sensibilização, mobilização e realização de eventos que envolviam lideranças femininas, buscando promover empoderamento, informando sobre direitos e políticas públicas específicas, a fim de avaliar a pertinência dessas políticas e o planejamento para o melhorar o acesso à elas. Para tanto, foram realizados oito Encontros Municipais e cinco Territoriais. Durante os encontros foram efetuadas setenta e duas entrevistas com as lideranças, tendo para isso o objetivo de avaliar o conhecimento e o acesso a Políticas Públicas do MDA, direcionadas para mulheres rurais. A análise das entrevistas evidencia o pouco conhecimento sobre políticas públicas específicas por parte das lideranças femininas, bem como a dificuldade para acessá-las. Assim, concluiu-se que a divulgação é insuficiente, o que torna o acesso difícil às políticas públicas para mulheres no Território.

Palavras-chave: NEDET, CODETAM, Políticas Públicas, gênero, inclusão.

ABSTRACT: Following a call from CNPq, linked to the Ministry of Agrarian Development (currently extinct) for project selection, the Extension and Territorial Development Nucleus of the Southern Agreste of Pernambuco -

NEDET was born under the shelter of the Federal Rural University of Pernambuco / Academic Unit of Garanhuns. In the body of the NEDET project, it included the creation of advisory services and among them, the Department of Gender, with the objective of “supporting activities aimed at articulating and promoting the participation of rural women in the Territorial Colleges belonging to the Territory of Citizenship Program”, including: mobilization of women for gender training activities; data collection and subsidiary information to the monitoring and evaluation of the public policies carried out in the Territory. The methodology adopted focused on sensitizing, mobilizing and holding events that involved women’s leaders, seeking to promote empowerment, informing about specific public rights and policies, in order to evaluate the pertinence of these policies and the planning to improve access to them. For that, eight Municipal and five Territorial Meetings were held. During the meetings, seventy-two interviews were conducted with the leaders, with the purpose of evaluating the knowledge and access to MDA’s Public Policies directed at rural women. The analysis of interviews shows the lack of knowledge about specific public policies by women’s leaders, as well as the difficulty of accessing them. Thus, it was concluded that there is insufficient disclosure, which makes access difficult to public policies for women in the Territory.

KEYWORDS: NEDET, CODETAM, Public Policies, gender, inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

A Comissão de Desenvolvimento Territorial do Agreste Meridional de Pernambuco – CODETAM – Território da Cidadania, é composta por 45 instituições do Poder Público e 45 instituições da Sociedade Civil e congrega vinte municípios. Desde sua constituição – ano de 2003, não foram executadas atividades/ações voltadas especificamente para mulheres.

A instituição de vários Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDETs no país é resultante do processo seletivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, em parceria com o MDA, a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, e sob a coordenação de professores das Universidades. Dessa forma, surgiu o NEDET do Agreste Meridional, vinculado à Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE / Unidade Acadêmica de Garanhuns – UAG, e em seus direcionamentos constava a atuação em sua equipe de uma Assessoria Territorial de Gênero – ATGE, a partir de então essa temática passou a fazer parte das pautas das instâncias e Assembleias/Plenárias Territoriais em conjunto com a CODETAM, trazendo à tona o reconhecimento das Conselheiras e dos Conselheiros Territoriais a dívida que o Território tinha com esse seguimento.

Constava na programação do NEDET a realização de reuniões, relacionadas a questão de gênero, desse modo promoveu, em parceria com a CODETAM e a UFRPE/ UAG o 1º Encontro Territorial de Mulheres do Agreste Meridional de Pernambuco, realizado em 09 de outubro de 2015, com a presença de vinte e cinco lideranças femininas do Território, além de outras convidadas. Depois desse, foram realizados

outros quatro Encontros Territoriais e oito Encontros Municipais, onde lideranças femininas dos vinte municípios que compõem o Território trataram de temáticas relativas às Políticas Públicas Específicas para Mulheres Rurais, buscando formar uma rede de cooperação entre as lideranças femininas dos municípios para informação e acesso as referidas políticas públicas.

A Assessoria, em seu trabalho junto às mulheres rurais do Território, atuou em duas vertentes: acesso à informação sobre direitos e orientação sobre a melhoria para o aumento da renda, entendendo que com informação e boa condição financeira, mulheres melhoram sua autoestima e conseguem respeito, legitimidade, empoderamento, oportunidades e segurança.

Desvalorizar o trabalho doméstico e de cuidados sempre foi uma forma de desvalorizar, controlar e oprimir as mulheres. Esse é uma das questões na qual mais precisamos avançar. Uma pesquisa realizada nas cinco regiões do Brasil em 2013, pela organização Plan Internacional, intitulada “Por Ser Menina no Brasil: Crescendo entre Direitos e Violências” denuncia um contexto de gritantes desigualdades de gênero entre meninos e meninas: quando perguntadas sobre o acesso aos direitos, violências sofridas, barreiras, sonhos e superações, a realidade vivida pelas meninas mostra o quanto o pleno desenvolvimento de suas habilidades para a vida está comprometido. No que se refere à responsabilidade pelos afazeres domésticos, identificamos que enquanto 76,8% delas lavam louça e 65,6% limpam a casa, apenas 12,5% de seus irmãos contribuem com a lavagem da louça e 11,4% com a limpeza da casa. Os dados mostram ainda que uma menina em cada cinco conhece outra que já sofreu violência, além de 13,7% das meninas de 6 a 14 anos trabalharem ou já terem trabalhado fora de casa (CONTAG, 2015, p.41).

Com a tomada de consciência das mulheres, através dos vários momentos formativos, sobre seus direitos e sobre oportunidades para se afirmarem politicamente, inicia-se um movimento coletivo de libertação que vêm resultando em um questionamento direto e insistente sobre os mecanismos históricos de exclusão. Esse movimento se dá de forma ampla e dialética, pois se inicia numa revisão do seu lugar de mulher no mundo, envolvendo a família e se expande até certo ponto de forma conflituosa entre razão e afeto, ganhando concretude na forma de políticas públicas que servem de apoio e amparo ao processo de transformação.

Segundo Benevento e Santana (2013, p.1), “a mulher deve ser considerada uma parceira nas questões tanto sociais quanto profissionais”. É com essa visão que o trabalho está sendo construído, valorizando a mulher enquanto protagonista dessa rede de conhecimento e de inserção econômica, buscando contribuir para o seu desenvolvimento a partir da estratégia territorial.

Para atuar com a conscientização das pessoas, a fim de libertá-las das relações injustas estabelecidas pela cultura que pratica a dominação de um grupo sobre outro, buscou-se a libertação, fundamentada por Paulo Freire (1921-1997), como essencial para ajudar no entendimento dos mecanismos da opressão institucionalizada. A pedagogia sugere que a educação envolva processos que levem à ampliação da consciência e a aquisição da autonomia, assegurando ao dominador e ao dominado

libertarem-se de relações verticalizadas/injustas, e que esse processo seja iniciado pelo oprimido (OLIVEIRA, 2009, p. 28), nesse caso, a mulher.

Com a conquista dos direitos trabalhistas, os movimentos autônomos de mulheres rurais se retraíram um pouco. Novas bandeiras foram sendo levantadas aos poucos. Porém, educação e saúde sempre foram problemas de mulheres. São as mães que se preocupam com o material escolar, com o transporte das crianças e adolescentes da propriedade até a escola e com os uniformes. São elas, também, que se preocupam com a saúde porque cuidam das crianças, idosos e doentes. A organização fluida dos movimentos autônomos faz com que, quando se marcam reuniões periódicas para discussões, poucas agricultoras compareçam. Mas, se a proposta é reivindicar mais escolas, transporte escolar, postos de saúde ou algo relacionado à saúde e educação, as mulheres lotam as ruas, fazem passeatas e pressionam os prefeitos. A intensidade da mobilização, muitas vezes, surpreende militantes e autoridades. Segundo as próprias mulheres, depois que “aprenderam a sair de casa”, não aceitam mais ficar passivamente entre quatro paredes, mesmo que não militem o tempo todo. Por isso, o movimento “ressurge de repente”, como disse uma moradora de um dos municípios catarinenses (PAULINO e BONI, 2017, p.405).

Depois de um primeiro impulso, a realidade começa a se transformar, direitos são assegurados em lei, o discurso se atualiza e se faz em frases mobilizadoras. Observa-se então uma acomodação e uma espera pelos frutos da conquista, e esse recolhimento faz com que várias dessas conquistas sofram retrocessos e a reprodução, fortemente arraigada, da desigualdade e da injustiça voltam a predominar e as meninas continuam a ser tratadas como inferiores e com obrigações mais pesadas que os meninos no papel de reprodutora da força de trabalho.

Com o objetivo de apoiar através das atividades de assessoria técnica a articulação e promoção da participação de mulheres rurais no Colegiado Territorial, foram realizadas mobilizações de mulheres para atividades de formação política sobre gênero; levantamento de dados e informações subsidiárias ao monitoramento e avaliação das políticas públicas efetivadas no Território; orientação para a organização institucional das mulheres; e fomento à criação de instrumentos de proteção e amparo às mulheres vítimas de violência.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) reconhece a importante contribuição das mulheres do campo, das florestas e das águas para a produção de alimentos saudáveis, para a segurança e soberania alimentar e para o desenvolvimento rural sustentável e solidário do país. Para isto, o MDA, por meio da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR), articulada com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e os demais ministérios e instâncias governamentais, tem implementado e ampliado políticas públicas para as mulheres da agricultura familiar, assentadas da reforma agrária, assentadas do crédito fundiário, mulheres extrativistas, mulheres das águas, pescadoras artesanais, indígenas, mulheres quilombolas, quebradeiras de coco, geraizeiras, mulheres faxinalenses, mulheres caiçaras, pantaneiras, mulheres pertencentes às populações de fundo e fecho de pasto, mulheres catadoras de mangaba, ciganas, pomeranas e retireiras do Araguaia, em suas diferentes condições etárias. São políticas que garantem os direitos e o acesso à documentação, à terra, ao crédito, à organização produtiva, à produção agroecológica, aos serviços de assistência técnica e extensão rural, à comercialização e agregação de valor à produção, à participação na gestão, ao desenvolvimento territorial e à manutenção da memória coletiva e dos conhecimentos tradicionais (MDA, 2015, p.2).

Um passo importante foi dado quando o Governo daquele período, através de um Ministério, reconheceu o papel da mulher como protagonista importante para o desenvolvimento regional, cujo papel é considerado como estando em primeiro plano. Antes, o homem, como chefe da família, tinha todo o patrimônio em seu nome e a ele cabia tomar as decisões sobre a produção, e à mulher, em papel secundário e subalterno. Essa realidade mudou, titulações de terras saem em nome das mulheres e estas passam a estar nesse sentido, em igualdade de condições em quaisquer circunstâncias social e jurídica.

2 | METODOLOGIA

Foi elaborado um planejamento de ações, seguindo o descrito no projeto inicial do NEDET encaminhado ao CNPq e acrescido de informações repassadas pelo MDA em uma capacitação específica para as Assessorias de Gênero.

Durante a realização dos Encontros Territoriais e Municipais de Mulheres do Agreste Meridional de Pernambuco, foi feito, junto às instituições locais um levantamento das lideranças femininas que atuavam no Território, sendo o levantamento iniciado junto à Diretoria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco - FETAPE e aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR dos municípios que compõem o Território. Visto que essa Federação e seus Sindicatos têm um trabalho consolidado com mulheres rurais no estado de Pernambuco.

A base para a mobilização consistiu em ligações telefônicas, para informar sobre o trabalho a ser executado e explicar a pretensão da realização do 1º Encontro Territorial de Mulheres, solicitando um endereço eletrônico (e-mail) para enviar convite formal. Na antevéspera do evento, foram realizados contatos por Short Message Service – SMS (Serviço de Mensagens Curtas). Foi constatado que das três formas de contatos – telefônicos, por e-mails e SMS -, a última surtiu um melhor efeito, pois quase todas as mulheres contatadas tinham celulares. Vejamos: contatos telefônicos – muitas lideranças residem e trabalham no meio rural, por vezes a cobertura de área de sinal de celular não é boa; contatos por e-mail – várias lideranças não possuem endereço eletrônico ou não o abrem com regularidade; quanto aos contatos por SMS, os aparelhos celulares acusam assim que se conectam com um sinal da antena de celulares.

Como pauta de todos os Encontros, adotamos, além de temas programados, a franquia para o acréscimo de assuntos trazidos pelas lideranças. Em todos os Encontros solicitou-se que as convidadas respondessem a entrevistas sobre informações pessoais, experiências de trabalhos com mulheres, outras experiências de trabalhos, conhecimento sobre políticas públicas voltadas para mulheres rurais – executadas pelo MDA: Titulação Conjunta de Terras (Portaria nº 981/2003 do INCRA); Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais; Programa Nacional de Documentação

da Trabalhadora Rural; Programa Terra Forte (INCRA); Programa Terra Sol (INCRA); Programa Nacional de Infraestrutura e Serviços (PROINF); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Mulher (PRONAF); Fomento Mulher (antigo Apoio Mulher) e Assistência Técnica e Extensão Rural específica para Mulheres Rurais (ATER Mulher); e expectativas com relação ao trabalho que se iniciava. As informações obtidas nessas entrevistas serviram de base tanto para o planejamento da continuidade das ações como para a produção de trabalhos acadêmicos.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados alcançados:

1) Identificação das lideranças femininas do Território; 2) Sensibilização/mobilização das mulheres; 3) Realização de cinco Encontros Territoriais e oito Encontros Municipais de lideranças femininas; 4) Mulheres sensibilizadas e interessadas em adequar suas organizações institucionais para acessarem as seguintes Políticas Públicas: Titulação Conjunta de Terras (Portaria nº 981/2003 do INCRA); Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais; Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; Programa Terra Forte (INCRA); Programa Terra Sol (INCRA); Programa Nacional de Infraestrutura e Serviços (PROINF); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Mulher (PRONAF); Fomento Mulher (antigo Apoio Mulher) e Assistência Técnica e Extensão Rural específica para Mulheres Rurais (ATER Mulher).

Nesse relato de experiência abordamos o quesito relativo ao conhecimento das mulheres, de quatro municípios, em relação às diversas políticas públicas disponibilizadas pelo MDA, conforme apresentado na Tabela 1.

Nº	Políticas Públicas	Respostas	%
1	Titulação Conjunta de Terras Portaria nº 981/2003 do INCRA)	Não respondeu*	61,11
		Conhece	16,67
		Não conhece	20,83
		Acessou	2,78
		Não acessou	30,56
2	Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais	Não respondeu*	56,94
		Conhece	22,22
		Não conhece	19,44
		Acessou	6,94
		Não acessou	29,17
3	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	Não respondeu	56,94
		Conhece	19,44
		Não conhece	22,22
		Acessou	8,33
		Não acessou	26,39
4	Programa Terra Forte (INCRA)	Não respondeu*	68,06
		Conhece	5,56
		Não conhece	25,00
		Acessou	0,00
		Não acessou	22,22
5	Programa Terra Sol (INCRA)	Não respondeu*	68,06
		Conhece	5,56
		Não conhece	22,22
		Acessou	2,78
		Não acessou	22,22
6	Programa Nacional de Infraestrutura e Serviços (PROINF)	Não respondeu*	62,50
		Conhece	13,89
		Não conhece	22,22
		Acessou	8,33
		Não acessou	25,00
7	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Não respondeu*	31,94
		Conhece	52,78
		Não conhece	13,89
		Acessou	30,56
		Não acessou	33,33

8	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	Não respondeu*	38,89
		Conhece	43,06
		Não conhece	16,67
		Acessou	18,06
		Não acessou	36,11
9	Fomento Mulher (antigo Apoio Mulher)	Não respondeu*	52,78
		Conhece	30,56
		Não conhece	15,28
		Acessou	12,50
		Não acessou	25,00
10	Assistência Técnica e Extensão Rural específica para Mulheres Rurais (ATER Mulher)	Não respondeu*	40,28
		Conhece	43,06
		Não conhece	15,28
		Acessou	15,28
		Não acessou	38,89

Tabela 1 – Distribuição percentual sobre conhecimento e acesso a 10 políticas públicas direcionadas para mulheres rurais.

Notas: 1. Questionário aplicado pela Assessoria de Gênero do NEDET do Agreste Meridional a 72 lideranças femininas rurais, nos Municípios de Águas Belas, Angelim, Bom Conselho e Itaíba – 2016.

2. “Não Respondeu*” equivale também à falta de conhecimento que essas lideranças rurais entrevistadas têm sobre as Políticas Públicas para Mulheres Rurais.

Obs.: Em algumas respostas as entrevistadas optaram por marcar duas opções, por exemplo: “conhece”/”não acessou”.

4 | CONCLUSÃO

Assim, considera-se que, em se tratando das diversas políticas públicas para as mulheres rurais, umas são mais conhecidas que outras, mas todas ainda bastante desconhecidas e a maioria ainda não são acessadas pelas potenciais beneficiárias. Considera-se também que a mobilização para a conquista das políticas públicas é bastante eficiente e chega-se a efetivar legislação específica. Já a organização e forças empenhadas para que se cumpra a legislação que garante o direito conquistado não tem sido capazes de assegurar seu cumprimento de forma efetiva. Portanto, faz-se urgente divulgar e facilitar o acesso às políticas e, entender que a busca por esses serviços, representa um meio agregador das mulheres que precisam e desejam ser

atendidas.

REFERÊNCIAS

BENEVETO, C. T.; SANTANA, V. C. **O conceito de gênero e suas representações sociais**. Revista Digital Buenos Aires, ano 17, nº 176, Enero, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Abril, 2014, 153p.

CONTAG. Marcha das margaridas. **Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade** – Caderno de textos para estudos e debates. Brasília: CONTAG, 2015, 87p.

MDA. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil**. Brasília, 2015, 28p.

OLIVEIRA, J. B. de; et. al.. **Tramelas, janelas e horizontes**: metodologia de inclusão de jovens via empreendedorismo solidário. Fortaleza, Obra Kolping do Brasil, 2009.

PAULINO, M. I. S.; BONI, V. Movimento de mulheres agricultoras e ecologia. In. Delgado, G. C. e Bergamasco, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, 474p.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-049-0



9 788572 470490